

CIDADES

Economia invisível

COMÉRCIO IRREGULAR

Ambulantes insistem em permanecer na área central de Brasília. Há seis meses Administração anuncia remoção e prevê mais 60 dias para resolver pendência

Camelô continua na rua

Sibele Negromonte
Da equipe do Correio

Seis meses depois de serem expulsos pela Justiça dos corredores do Setor Comercial Sul e da passarela que liga o Conic ao Conjunto Nacional, os camelôs insistem em vender produtos na área central do Plano Piloto. A solução paliativa de abrigá-los no Gran Circo Lar não surtiu efeito e, enquanto aguardam a transferência definitiva para um terreno cedido pela Administração de Brasília, os ambulantes espalham as mercadorias em lonas improvisadas e tentam burlar a ação dos fiscais. De relógios a ervas milagrosas, de calcinhas a CDs, de pentes a aparelhos de som, a variedade é grande para atrair o freguês.

A guerra entre governo e camelôs é antiga e a promessa de que ocuparão uma área próxima à Rodoferroviária, também. Os ambulantes garantem que não dá para esperar a resolução das pendências burocráticas em casa, sem trabalhar. É o caso de Ariel Souza dos Santos, que há cinco meses resolveu trocar a feira do Pedregal pela calçada do Conjunto Nacional. Com três filhos pequenos para sustentar, ele se vira da única forma que sabe: vendendo bugigangas na rua. “Não sei a leitura. Nem consigo assinar meu nome. Vou viver de quê? Roubar é que não vou”, afirma Ariel, que não lembra sequer a idade e vive sempre preparado para fugir da fiscalização.

Há pelo menos seis meses, a Administração de Brasília anuncia que a situação de pessoas como Ariel irá mudar. No final de outubro do ano passado, chegou a ser noticiado que em poucos dias os ambulantes seriam acomodados em um amplo terreno entre o Rodoferroviária e o Viaduto Ayrton Senna. Mas até o momento, nada. O novo administrador de Brasília, Antônio Gomes, garante que agora é definitivo: “Em no máximo 60 dias, os ambulantes já estarão devidamente instalados numa ampla área, inclusive aprovada pelas entidades que os representam.”

Antônio Siqueira 23.4.01



AMBULANTES SE QUEIXAM DA TRANSFERÊNCIA PARA O GRAN CIRCO LAR: PREJUÍZO COM A QUEDA DAS VENDAS

“NÃO SEI A LEITURA. NEM CONSIGO ASSINAR MEU NOME. VOU VIVER DE QUÊ? ROUBAR É QUE NÃO VOU”

ARIEL SOUZA DOS SANTOS

Vendedor ambulante

De acordo com Antônio Gomes, as negociações com a Delegacia do Patrimônio da União para a cessão do terreno com 20 mil metros quadrados, estão avançadas. “Em no máximo um mês esperamos ter resolvido toda a parte burocrática com a União. Aí é só acomodar os camelôs.” O delegado do Patrimônio da União, Raimundo Ribeiro, confirma que já está quase tudo acertado. “Só

precisamos juntar alguns documentos e colocar alguns detalhes no contrato”, afirma. Ele ressalta que o terreno estava desocupado e que não houve nenhum outro pedido de ordem pública para sua utilização.

SEM FISCALIZAÇÃO

O administrador de Brasília admite que fazer cumprir a determinação da Justiça e não permitir que a área central da cidade seja tomada é missão quase impossível. “Não temos pessoal suficiente. Seria preciso que os fiscais ficassem 24 horas de plantão para impedir o comércio ambulante.” E os camelôs sabem disso. José Santino, 22 anos, repete o mesmo ritual há um ano e meio. Sai de Ceilândia para vender CDs piratas próximo ao Conic. Já perdeu as contas da quantidade de vezes precisou correr do *rapa*. “Toda semana eu perco mercadoria. Sei mais ou menos a hora que eles passam. Corro, dou um tempo por ali, depois volto”, relata.

Antônio Gomes garante que, após a ocupação do terreno, não

vai admitir a reocupação do lugar. E afirma: “Vai ser mais difícil os vendedores burlarem a fiscalização. Vamos montar uma operação, envolvendo diversos órgãos, como Detran, Polícia Militar, Secretaria da Fazenda, para que eles não voltem para as ruas. Vamos atacar pelo distribuidor da mercadoria.” O administrador complementa que os ambulantes precisam se conscientizar de que os locais preferidos para venda estão em área tombada pelo patrimônio. Por sinal o tombamento foi o motivo que levou os governantes a desistirem do Gran Circo Lar como a área adequada a acomodar os camelôs.

O presidente da Associação dos Feirantes e Ambulantes do Plano Piloto, Juvenal Bezerra, disse que foi com um grupo de camelôs, no último domingo, até o terreno proposto pela administração e gostou do que viu. “Todos aprovaram a área. A localização é muito boa”, afirma. De acordo com o administrador de Brasília, o local dá para abrigar todos os cerca de 1,8 mil ambulantes existentes no Plano Piloto.

ADMINISTRAÇÃO TEM 17 FISCAIS

De acordo com a Administração de Brasília, existem 1,8 mil ambulantes no Plano Piloto e apenas 17 homens para fiscalizar. Os camelôs não podem vender em áreas tombadas pelo patrimônio, a exemplo do Gran Circo Lar, que no final de 2000 foi escolhido para abrigar o comércio informal provisoriamente. O terreno a ser cedido pela União, entre a Rodoferroviária e o viaduto Ayrton Senna, não é tombado.